



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.cachoeiro.es.gov.br

ANO XLVIII - Cachoeiro de Itapemirim - terça-feira - 15 de Abril de 2014 - Nº 4596

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETO Nº 24.454

O **Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito, a partir de 01 de abril de 2014, a nomeação de **Oto Heinze de Moraes Filho**, na função gratificada de *Gerente de Pecuária, Padrão FG-TA2*, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAG, constante do Decreto nº 24.449/14.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 11 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24.455

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ENQUADRAMENTO INSTITUÍDA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 19.517, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009.

O **Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A **COMISSÃO ESPECIAL DE ENQUADRAMENTO** instituída através do Decreto nº 19.517, de 18/02/2009, com vistas à definição da condição funcional individual e específica do servidor ou empregado público municipal, inclusive daqueles egressos do extinto SAAE, em adequação à Tabela de Classificação de Cargos do Pessoal Civil constante do Anexo I da Lei Municipal nº 6000, de 17 de agosto de 2007, e Lei Municipal nº 6095, 07 de abril de 2008, Arts. 28 a 32, passa a ser composta pelos seguintes membros:

- Soraya Hatum de Almeida
- Rosilane Alves de Souza
- Gilson Batista Soares
- Lindiana Carla Moreira Salaroli Perin

Parágrafo único. A Coordenação da Comissão de que trata o caput deste artigo ficará sob responsabilidade do Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 11 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24.456

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, MANDATO 2014/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 6.403, de 10 de agosto 2010,

DECRETA:

Art. 1º - O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER** será composto dos seguintes representantes governamentais e não-governamentais:

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES

TITULAR: Gidiolvanda Idiologésia Furlan Ferreira
SUPLENTE: Suellen Alves Paganotti Leal

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME

TITULAR: Gisele Cysne Coimbra de Resende
SUPLENTE: Lena Mara de Lima Bandeira

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

TITULAR: Gina Passabom Cristo
SUPLENTE: Horminda Gonçalves Neta Grifo Rezende

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMCULT

TITULAR: Marta Rejane Profeta Moreira
SUPLENTE: Daniela Alves Marques Lopes

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SEMSET

TITULAR: Rosa Marlene Santos Viana
SUPLENTE: Edinete Modesto Fraga Mendes

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEMDEC

TITULAR: Daniela Coelho Fontana
SUPLENTE: Elizangela dos Anjos Silva

VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E HABITAÇÃO - SEMUTHA

TITULAR: Antônia Marcela Minto Brito
SUPLENTE: Mirian Cristina Gasparini

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

I - UNIÃO CACHOEIRENSE DE MULHERES - UCM

TITULAR: Marlene Souza César
SUPLENTE: Adriana Pessim de Oliveira

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**

Prefeito Municipal

ABEL SANT ANNA JUNIOR

Vice – Prefeito

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos
 Rua Brahim Antônio Seder, 34 - 3º Andar - Centro
 Cachoeiro de Itapemirim – ES
 E-mail: diariooficial.publicacao@gmail.com

PUBLICAÇÕES E CONTATOS	(28) 3521-2001
DIÁRIO OFICIAL	(28) 3522-4708

II – CENTRO DE DEFESA DA MULHER “ANA CAROLINA”**TITULAR:** Marissol Dalrio**SUPLENTE:** Cirley Manhães Cordeiro Paiva**III - GRUPOS ORGANIZADOS DA TERCEIRA IDADE****TITULAR:** Maria José Farias Resende**SUPLENTE:** Ivone Martins da Cruz**IV - PASTORAL FAMILIAR - DIOCESE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM****TITULAR:** Viviane Ribeiro de Athayde**SUPLENTE:** Maria de Fátima Zangeroleme Fim**V - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB - 2ª SUBSEÇÃO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM****TITULAR:** Dra. Lucília Ribeiro Stanzani**SUPLENTE:** Dra. Samantha Mion Mathias dos Santos**VI – ASSOCIAÇÃO DE FOLCLORE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM****TITULAR:** Nécina Ferreira de Paula Silva**SUPLENTE:** Erotildes Pereira da Silva**VII - GRUPO DE APOIO A PESSOA VIVENDO COM AIDS “SOLIDÁRIOS PELA VIDA”****TITULAR:** Ieda Firmino Barbosa**SUPLENTE:** Cláudia Valéria de Oliveira Guimarães

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 22.138, de 20 de julho de 2011.

Cachoeiro de Itapemirim, 14 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24.457

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO, LOTADA NO GABINETE DO PREFEITO - GAP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a exoneração constante do Decreto nº 24.442/14,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **ANDRÉIA MACHADO FERREIRA DE CARVALHO** para exercer o cargo em comissão de **Gerente de Atendimento, Padrão PC-TA2**, lotada no Gabinete do Prefeito – GAP, a partir desta data, fixando-lhe o vencimento mensal estabelecido na Lei Municipal nº 6.450, de 28/12/2010.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 14 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24.458

REGULAMENTA A LEI Nº 6.908, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

O Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 69º, VI da Lei Orgânica do Município, de 10 de Julho de 1998.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o serviço de melhoria genética do rebanho bovino nas propriedades rurais localizadas dentro do município de Cachoeiro de Itapemirim, mediante a utilização dos equipamentos e técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAG. **Parágrafo único.** O fator que determinará o foco do rebanho, no caso de pecuária de leite ou de corte, deverá ser técnico e orientado pela SEMAG.

Art. 2º - São considerados serviços de melhoria genética do rebanho bovino:

- Aquisição de doses de sêmen bovino convencional;
- Aquisição de doses de sêmen bovino sexado;
- Repasso das doses;
- Acompanhamento e monitoramento da SEMAG.

§ 1º. O traslado das doses até a propriedade rural é de responsabilidade exclusiva do requerente.

§ 2º. O valor do preço público será corrigido anualmente de acordo com a Unidade Fiscal do Município de Cachoeiro de Itapemirim, denominada pela sigla UFCL.

Art. 3º - Para a execução dos serviços em propriedades rurais particulares, o contribuinte deverá tomar as seguintes providências:

- Fazer o cadastro no programa “melhoramento genético do rebanho bovino”, seja pecuária de leite ou de corte.
- Preencher o requerimento, constante do **anexo I**, do presente decreto, informando os dados da propriedade, do rebanho e das quantidades estimada de doses a serem repassadas;
- Recolher antecipadamente os valores referentes a quantidade de doses de sêmen a serem adquiridos através do documento de arrecadação municipal DAM, definido pela Secretaria Municipal de Fazenda.
- Recolher em até 30 (trinta) dias, o saldo remanescente, caso seja ultrapassado a quantidade estimada no requerimento.

Art. 4º - O produtor rural deverá apresentar junto com o requerimento os seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Apresentar cópia autenticada em cartório do atestado dos exames de: Brucelose e Tuberculose e comprovação da vacinação contra Aftosa do ano vigente comprovando a negativa para as enfermidades citadas no rebanho.
- Documento de Arrecadação Municipal devidamente quitado, referente a quantidade de doses de sêmen a serem adquiridas;
- Termo de responsabilidade constante do **anexo II** deste decreto.

Parágrafo único. Para efetivação do requerente no cadastro será

necessário a apresentação de todos os documentos relacionados neste artigo.

Art. 5º - Fica limitado o repasse de 02 (duas) doses de sêmen por unidade bovina, independente do foco e limitada a quantidade de 20 (vinte) doses de sêmen por propriedade rural.

Parágrafo único. Nos casos em que a quantidade prevista não for totalmente utilizada, o produtor deverá ser o responsável pelo armazenamento adequado das sobras, ficando vetado o repasse, venda ou empréstimo a qualquer título.

Art. 6º - Somente serão prestados serviços em propriedades rurais particulares, quando:

- a) Os equipamentos ou materiais estiverem disponíveis, sem prejuízo do serviço público;
b) Não tiver embargo, restrição ou suspeita de um dos órgãos de fiscalização, seja qual instância ou condição envolvida.

Parágrafo único. A ordem cronológica do atendimento será obedecida conforme a sequência de deferimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Art. 7º – Das obrigações do requerente:

- a) Não realizar transações de qualquer título ou natureza com as doses recebidas;
b) Não comercializar, no caso dos programas voltados para a pecuária de leite, as novilhas nascidas das matrizes indicadas para

participar do programa até a sua segunda lactação;
c) Permitir a qualquer tempo e hora que a SEMAG realize auditorias, seja com um técnico próprio ou profissional indicado para representá-la, na propriedade e no rebanho participante do programa.

Parágrafo único. O não cumprimento do presente artigo, bem como, os itens constantes no Termo de Responsabilidade acarretará na exclusão do produtor e da propriedade do programa, multa no valor exato do desconto obtido pelo benefício da Lei nº 6908/13.

Art. 8º - O fator técnico da inseminação artificial e as condições das unidades bovinas receptoras das doses poderão a qualquer momento determinar que o atendimento seja priorizado.

Art. 9º - Fica eleito o CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, como instância para dirimir quaisquer dúvidas inerentes ao presente decreto, tendo este poder deliberativo sobre a mesma.

Art. 10 - As demais disposições do presente Decreto poderão ser regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 14 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

ANEXO I
REQUERIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MELHORIA GENÉTICA

DADOS CADASTRAIS DO PRODUTOR RURAL	
Nome do titular da FACA:	
CPF:	Insc. Estadual:
NIRF:	CCIR:
Rua, nº, sala:	
Bairro / Localidade:	Zona:
Contato:	e-mail:
Ponto de referência:	
Requerente	
CPF:	Celular:

Tipo de rebanho: Corte Leite

Quantidade de doses:

Cachoeiro de Itapemirim de de

ASSINATURA E DATA	
Do Requerente:	Do Recebimento da SEMAG:
____ / ____ / ____	____ / ____ / ____

Na presente data e conforme justificativa em anexo, no caso de indeferimento, o processo de reserva foi:

Tipo: Deferido Indeferido

Data

Assinatura do Secretário da SEMAG

ANEXO II
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu _____, Produtor (a) Rural, portador do CPF: _____, Inscrição Estadual: _____ declaro para os devidos fins, que adquiri a quantidade de ___ doses de Sêmen Bovino, ficando responsável pelo transporte, armazenamento adequado e pela inseminação de minhas matrizes.

Me comprometo ainda:

1) A notificar o técnico responsável da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, toda vez que utilizar o Sêmen Bovino, a quantidade de doses utilizadas e qual matriz foi utilizada, para o devido controle técnico do rebanho que será acompanhado pelo Programa.

2) Não comercializar, emprestar, doar ou negociar por qualquer forma estas doses de Sêmen Bovino, assim como as matrizes utilizadas para a inseminação que estiverem prenhes e as bezerras nascidas em decorrência do Programa. Fêmeas (matrizes) nascidas decorrente do Programa, só poderão ser negociadas após a segunda cria e/ou com o consentimento do responsável técnico, após análise e inspeção de cada caso.

3) Informar ao técnico responsável, a morte dos animais que estiverem participando do Programa, imediatamente, para que o técnico constate a veracidade do fato.

Em caso de descumprimento do Termo de Responsabilidade, fico obrigado a ressarcir a SEMAG com a mesma quantidade de doses de sêmen bovino e no valor integral, do mesmo reprodutor, adquirida por meio do Programa de Apoio a Pecuária Leiteira.

Cachoeiro de Itapemirim _____, _____, _____

Produtor

DECRETO Nº 24.459

REGULAMENTA DA LEI Nº 6.911 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PRÉVIA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES.

O **Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim**, no uso das atribuições legais e considerando o disposto no artigo 3º da Lei Municipal Nº 6.911 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Aprovar por meio deste decreto o regulamento da prévia inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal do município Cachoeiro de Itapemirim/ES, em consonância com a Lei Nº 6.911 de 20 de dezembro de 2013.

REGULAMENTO DA PRÉVIA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O presente Regulamento institui as normas que regulam, em todo o território do município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, a Prévia Inspeção e Fiscalização Industrial e Sanitária de produtos de Origem Animal.

§ 1º. A inspeção a que se refere o presente artigo abrange, sob

o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção “ante” e “post-mortem” dos animais, o recebimento, a manipulação, o beneficiamento, a transformação, a elaboração, o preparo, a conservação, o acondicionamento, a embalagem, o depósito, a armazenagem, a rotulagem, o trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos de origem animal, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não à alimentação humana.

§ 2º. A inspeção abrange também as matérias-primas, ingredientes, aditivos e coadjuvantes de tecnologia e demais substâncias que, por ventura, possam ser utilizadas no estabelecimento de produtos de origem animal.

Art. 3º Para efeito deste regulamento, considera-se:

I - estabelecimento: a área que compreende o local e sua circunvizinhança destinado à recepção e depósito de matérias-primas e embalagens, à industrialização e ao armazenamento e à expedição de produtos alimentícios;

II - inspeção e fiscalização: os atos de examinar, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a higiene dos manipuladores, a higiene do estabelecimento, das instalações e equipamentos; as condições higiênico-sanitárias e os padrões físico-químicos e microbiológicos no recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, assim como durante as fases de elaboração, acondicionamento, reacondicionamento, armazenagem e transporte de produtos alimentícios;

III - registro: o conjunto de procedimentos técnicos e administrativos de avaliação das características industriais, tecnológicas e sanitárias de produção, dos produtos, dos processos produtivos e dos estabelecimentos para habilitar a produção, a distribuição e a comercialização de produtos alimentícios observando a legislação vigente;

IV - matéria-prima: toda substância de origem animal, em estado bruto, que para ser utilizada como alimento precise sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica;

V - ingrediente: é qualquer substância, incluídos os aditivos alimentares, empregada na fabricação ou preparação de um alimento e que permanece no produto final, ainda que de forma modificada;

VI - análise fiscal: ato fiscal no qual é realizada análise da água, matérias-primas, ingredientes ou produtos alimentícios coletados pela autoridade fiscalizadora competente no intuito de verificar a sua conformidade de acordo com legislações específicas e os dispositivos deste regulamento;

VII - suspensão das atividades: medida administrativa na qual Serviço de Inspeção Municipal S.I.M. suspende as atividades desenvolvidas, no todo ou em parte, durante o procedimento fiscalizatório de empresas regulares, por período certo e determinado;

VIII - interdição: medida administrativa, de caráter cautelar, que visa à paralisação de toda e qualquer atividade desenvolvida, podendo ser recolhidas as matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, rótulos, embalagens, equipamentos e utensílios;

IX - apreensão: consiste em o SIM apreender as matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, rótulos, embalagens, equipamentos e utensílios que se encontrem em desacordo com a Lei Nº 6.911 de 20 de dezembro de 2013, com este regulamento e outras normas técnicas relacionadas, dando-lhes a destinação cabível;

X - inutilização: medida administrativa de inutilização dos produtos alimentícios, matérias-primas e ingredientes que não sejam aptos para o consumo;

XI - rotulagem: é toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica, escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo ou litografada ou colada sobre a

embalagem do alimento;

XII - embalagem: é o recipiente, o pacote ou a embalagem destinada a garantir a conservação e facilitar no transporte e manuseio dos alimentos;

XIII - memorial descritivo: documento que descreve detalhadamente, conforme o caso, as instalações, equipamentos, procedimentos, processos ou produtos relacionados ao estabelecimento de produtos de origem animal;

XIV - agroindústrias familiares de pequeno porte: os estabelecimentos de propriedade ou posse de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, dispendo de instalações mínimas destinadas ao abate, ao processamento e à industrialização de produtos de origem animal, que, cumulativamente, atenderem aos seguintes requisitos:

- a) estarem instaladas em propriedade rural;
- b) utilizarem mão-de-obra predominantemente familiar;
- c) sessenta por cento, no mínimo, da matéria-prima empregada nos produtos sejam oriundas de sua propriedade.

XV - agricultor familiar: como sendo aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos requisitos previstos na Lei Federal Nº 11.326 de 24/07/06, em especial:

- a) não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- b) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º. Excetuam-se da exigência da alínea “c” do inciso I os estabelecimentos cuja matéria-prima principal seja a carne.

§ 2º. O disposto na alínea “a” do inciso II deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

CAPÍTULO II COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA DA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 4º A inspeção e a fiscalização nos estabelecimentos são privativas do Serviço de Inspeção Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, SEMAG, sempre que se tratar de produtos de origem animal destinados ao comércio intramunicipal.

Parágrafo único. Compete ao Médico Veterinário efetivo, lotado na SEMAG, a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos de produtos de origem animal, bem como de seus produtos.

Art. 5º O Médico Veterinário do SIM, quando em serviço de inspeção e fiscalização industrial e sanitária, terá livre acesso em qualquer dia ou hora, em qualquer estabelecimento em funcionamento, que industrialize, comercialize, manipule, armazene, transporte, despache ou preste serviços em atividades sujeitas à prévia inspeção e fiscalização.

Art. 6º O Médico Veterinário e demais técnicos do SIM

incumbidos da execução do presente Regulamento devem possuir carteira de identidade pessoal e funcional fornecida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, da qual constará, além da denominação do órgão, o número de ordem, nome, fotografia, cargo e data de expedição.

Parágrafo único. Os técnicos a que se refere o presente artigo, no exercício de suas funções, ficam obrigados a exibir a carteira funcional, quando convidados a se identificarem.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, poderá se valer de servidores de consórcios públicos dos quais o município participe, se for o caso, para a execução dos objetivos deste regulamento, respeitadas as competências.

Art. 8º Compete ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM:

- I** - analisar e aprovar, sob o ponto de vista sanitário, as plantas de construção do estabelecimento requerente;
- II** - vistoriar o estabelecimento requerente do registro e emitir laudo de vistoria;
- III** - analisar memorial descritivo e rótulos dos produtos e emitir registros de produtos;
- IV** - expedir registro de estabelecimentos;
- V** - inspecionar e fiscalizar o estabelecimento, instalações, equipamentos, matéria-prima, ingredientes, rótulos, embalagens e produtos alimentícios;
- VI** - fiscalizar o livro de registro ou documento equivalente das operações de entrada e saída de produtos;
- VII** - Fiscalizar e monitorar a aplicação das normas de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos e os Autocontroles da Indústria.

Art. 9º O exercício da inspeção e fiscalização caberá aos técnicos do SIM, nas suas respectivas áreas de competência, podendo valer-se de auxiliares.

Art. 10 A Inspeção e fiscalização de que trata o presente Regulamento será realizada:

- I. nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas, destinadas ao preparo de produtos de origem animal;
- II. nos estabelecimentos que recebem, abatem ou industrializam as diferentes espécies de animais, entendidos como tais, os fixados neste Regulamento;
- III. nos estabelecimentos que recebem o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
- IV. nos estabelecimentos que recebem o pescado para distribuição ou industrialização;
- V. nos estabelecimentos que produzem ou recebem mel e cera de abelha, para beneficiamento ou distribuição;
- VI. nos estabelecimentos que produzem e recebem ovos para distribuição em natureza ou para industrialização;

Art. 11 A concessão de inspeção pelo SIM isenta o estabelecimento de quaisquer outra fiscalização, industrial ou sanitária federal, estadual ou municipal.

Art. 12 A Inspeção dos estabelecimentos registrados pelo SIM ocorrerá em caráter permanente ou periódico.

§ 1º. É obrigatória a inspeção em caráter permanente nos estabelecimentos de abate das diferentes espécies animais.

§ 2º. Os demais estabelecimentos que constam neste Regulamento terão inspeção periódica.

Art. 13 Para a consecução dos objetivos da Lei Nº 6.911 de 20

de dezembro de 2013 e do presente regulamento, fica a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, autorizada a realizar convênio e termos de cooperação técnica com órgãos da administração direta e indireta.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO VETERINÁRIO DO SIM

Art. 14 São atribuições do Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal:

- I.** Realizar inspeções, sob o ponto de vista sanitário e tecnológico, de forma periódica ou permanente nos estabelecimentos que se utilizem de produtos de origem animal sediados no município segundo atividades e cronogramas a serem definidos com o coordenador do SIM;
- II.** Promover e supervisionar a fiscalização e inspeção sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, realizando visitas in loco, para fazer cumprir a legislação pertinente;
- III.** Elaborar pareceres, laudos e relatórios técnicos, fazendo observações e apontando com base na legislação pertinente as exigências para implantação e funcionamento de estabelecimentos de produtos de origem animal;
- IV.** Acompanhar a abertura e o trâmite de processos de registro e reforma de estabelecimentos, bem como realizar análise de documentação, memoriais econômicos sanitários, croquis e/ou plantas baixas dos estabelecimentos, conforme legislação vigente; emitir parecer técnico quanto à solicitação da empresa;
- V.** Realizar registro de rótulo de produtos de origem animal; acompanhar a abertura e o trâmite dos processos de registro de rótulos, bem como realizar análise da documentação, conforme legislação vigente; emitir parecer técnico quanto à solicitação da empresa, analisando a capacidade estrutural e o fluxograma de produção do estabelecimento;
- VI.** Realizar e/ou atualizar o cadastro de estabelecimentos de produtos de origem animal;
- VII.** Classificar os estabelecimentos e produtos segundo o critério de risco sanitário;
- VIII.** Assegurar a qualidade dos produtos de origem animal produzidos no Município;
- IX.** Elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento de normas e padrões de interesse sanitário no âmbito municipal;
- X.** Exigir que os estabelecimentos cumpram rigorosamente os memoriais descritivos da elaboração dos produtos, que o transporte e o uso correto dos produtos e a composição e prazo de validade seja registrado de forma clara na embalagem permitindo claro entendimento do consumidor.

CAPÍTULO III

DA CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS

Art. 15 Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

- I.** Matadouro- Frigorífico;
- II.** Fábrica de Produtos Cárneos;
- III.** Entrepasto de Carnes.

§1º Entende-se por Matadouro-Frigorífico o estabelecimento dotado de instalações, equipamentos e utensílios adequados para o abate, manipulação, elaboração, acondicionamento e conservação das espécies de açougue, aves domésticas e animais silvestres e exóticos sob variadas formas, dispondo de frio industrial e podendo

ou não dispor de instalações para aproveitamento de subprodutos não comestíveis.

§2º Entende-se por Fábrica de Produtos Cárneos o estabelecimento dotado de instalações, equipamentos e utensílios para recebimento, manipulação, elaboração, acondicionamento e conservação de produtos cárneos para fins de industrialização com modificação de sua natureza e sabor, das diferentes espécies de abate, aves domésticas, animais silvestres e exóticos e, em todos os casos, seja dotado de instalações de frio industrial, podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

§3º Entende-se por Entrepasto de Carnes o estabelecimento dotado de instalações, equipamentos e utensílios para recebimento, desossa, acondicionamento, conservação pelo frio e distribuição de carnes e derivados das diversas espécies de abate, aves domésticas, animais exóticos e silvestres e, em todos os casos, seja dotado de instalações de frio industrial, podendo ou não dispor de instalações para industrialização de produtos comestíveis e aproveitamento de produtos não comestíveis.

Art. 16 Os estabelecimentos de pescado são classificados em:

- I.** Entrepasto de Pescado;
- II.** Fábrica de Produtos de Pescado;

§1º Entende-se por Entrepasto de Pescado e Derivados o estabelecimento dotado de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento, lavagem, manipulação, fracionamento, acondicionamento, frigorificação, estocagem, distribuição ou comercialização do pescado e derivados, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.

§2º Entende-se por Fábrica de Produtos de Pescado, o estabelecimento dotado de dependências, instalações e equipamentos adequados, dependendo do tipo de produto a ser elaborado, para recepção, lavagem, preparação, transformação, acondicionamento, frigorificação, conservação, armazenamento, distribuição e comercialização de produtos de pescado e seus derivados e dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.

Art. 17 Os estabelecimentos de ovos são classificados em:

- I.** Granja Avícola;
- II.** Entrepasto de Ovos;
- III.** Fábrica de Produtos de Ovos;

§1º Entende-se por granja avícola o estabelecimento destinado a produção, classificação, acondicionamento, identificação e expedição de ovos em natureza, oriundos da própria granja, podendo a classificação ser facultativa quando tal atividade for realizada em Entrepasto de ovos.

§2º Entende-se por Entrepasto de ovos, o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos em natureza, facultando-se a operação de classificação para os ovos que chegam ao entreposto já classificados, acondicionados e identificados.

§3º Entende-se por Fábrica de Produtos de Ovos, o estabelecimento destinado ao recebimento, industrialização, acondicionamento, identificação e distribuição de produtos de ovos.

Art. 18 Os estabelecimentos de leite são classificados em:

- I.** Posto de Refrigeração;
- II.** Granja Leiteira;
- III.** Usina de Beneficiamento;
- IV.** Fábrica de Laticínios;

§1º Entende-se por posto de refrigeração: é o estabelecimento intermediário entre as fazendas leiteiras e as usinas de beneficiamento ou fábricas de produtos lácteos, destinado ao recebimento, seleção, pesagem, filtração, clarificação, refrigeração e expedição de leite a outros estabelecimentos industriais;

§2º Entende-se por usina de beneficiamento: é o estabelecimento que tem por finalidade principal receber, pré-beneficiar, beneficiar e acondicionar o leite destinado ao consumo direto de acordo com a legislação específica. Para a realização das atividades de recebimento, processamento, maturação, fracionamento ou estocagem de outros produtos lácteos, de fabricação própria ou não, deverá ser dotada de instalações e equipamentos que satisfaçam as exigências deste regulamento.

§3º Entende-se por fábrica de produtos lácteos: é o estabelecimento destinado ao recebimento de leite e derivados para o preparo de quaisquer produtos lácteos, com exceção do leite de consumo direto. Permite-se que a fábrica de produtos lácteos fracione, mature e estoque produtos lácteos oriundos de outros estabelecimentos com Inspeção Oficial, desde que dotada de instalações e equipamentos que satisfaçam as exigências deste regulamento.

Art. 19 Os estabelecimentos de produtos das abelhas são classificados em:

- I-** Apiários;
- II-** Entrepostos de mel e cera de abelhas

§1º. Entende-se por “Apiário”, o estabelecimento destinado a produção, extração, industrialização, classificação e estocagem do mel e seus derivados.

§2º. Entende-se por “Entreposto de Mel e Cera de abelhas”, o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel, cera de abelhas e demais produtos apícolas.

CAPÍTULO IV DO REGISTRO DE ESTABELECIMENTO

Art. 20 Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

- I -** requerimento, dirigido ao coordenador do Serviço de Inspeção Municipal, solicitando o registro;
- II -** planta baixa ou croqui das construções, acompanhadas do memorial descritivo da construção;
- III -** cópia do contrato ou estatuto social da firma, registrada no órgão competente (no caso de firma constituída);
- IV -** cópia do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR e Inscrição Estadual, quando o imóvel for rural;
- V -** cópia da escritura do terreno (registro do terreno) ou contrato, no caso de produtores rurais;
- VI -** cópia do registro no Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme for o caso;
- VII -** alvará de licença para funcionamento expedido pela prefeitura municipal;
- VIII -** alvará de licença para construção, ou documento

- equivalente, fornecido pela prefeitura municipal;
- IX -** licença ambiental ou dispensa de licença ambiental fornecida pelo órgão ambiental competente;
- X -** boletim de exames físico-químico e microbiológico da água de abastecimento, fornecido por laboratório credenciado;
- XI -** memorial econômico sanitário do estabelecimento;
- XII -** manual de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos - BPF.
- XIII -** comprovante de pagamento da taxa de vistoria.

§1º Os modelos de requerimento para solicitação de registro e vistoria serão fornecidos pelo SIM.

§2º A planta baixa ou croqui devem ser elaborados com escala de 1:50 (um para cinquenta) para agroindustriais familiares de pequeno porte ou 1:100 (um para cem) para os demais estabelecimentos, de forma a permitir a completa visualização das instalações e áreas adjacentes.

Art. 21 Apresentados os documentos exigidos neste regulamento, o Serviço de Inspeção Municipal procederá vistoria do estabelecimento para apresentação do competente laudo.

Art. 22 Satisfeitas as exigências fixadas no presente regulamento, o Serviço de Inspeção Municipal autorizará a expedição de “TÍTULO DE REGISTRO”, constando do mesmo o número do registro, nome da firma e outros detalhes necessários.

Parágrafo único. A Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento cobrará taxa para registro como descrito na Lei Nº 6.911 de 20 de dezembro de 2013.

Art. 23 A venda, arrendamento, doação ou qualquer operação que resulte na modificação da razão social e ou do responsável legal do estabelecimento industrial, bem como qualquer modificação que resulte na alteração do registro deve, necessariamente, ser comunicada ao SIM, bem como encaminhada toda a documentação probatória para modificação do registro.

Art. 24 Qualquer ampliação, remodelação ou construção no estabelecimento registrado só poderá ser feita após prévia aprovação das plantas pelo SIM.

CAPÍTULO V DO REGISTRO DOS PRODUTOS

Art. 25 O registro de produto será requerido junto ao SIM através de requerimento com os seguintes documentos:

- I -** memorial descritivo do processo de fabricação do produto, em 2 (duas) vias, conforme modelo fornecido pelo SIM;
- II -** *layout* dos rótulos a serem registrados, em seus diferentes tamanhos, em 2 (duas) vias.

Art. 26 Cada produto registrado terá um número próprio que constará no seu rótulo.

Art. 27 Os estabelecimentos só poderão utilizar rótulos devidamente aprovados pelo SIM.

§1º Os rótulos obedecerão às legislações específicas de rotulagem.

§2º Os rótulos só devem ser usados para os produtos a que tenham sido destinados não podendo efetuar qualquer modificação

em seus dizeres, cores ou desenhos sem prévia aprovação.

Art. 28 Nenhum rótulo, etiqueta ou selo pode ser aplicado escondendo ou encobrindo, total ou parcialmente, dizeres de rotulagem e a identificação do registro.

Art. 29 Qualquer modificação, que implique em alteração de identidade, qualidade ou tipo do produto de origem animal, deverá ser previamente solicitada ao SIM, podendo ser mantido o número de registro anteriormente concedido.

Parágrafo único. Pela execução do Serviço de Inspeção Municipal previstos neste regulamento será cobrado preço público de acordo com os valores fixados neste Decreto, conforme consta no ANEXO III deste regulamento.

CAPÍTULO VI DO ESTABELECIMENTO, DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

SEÇÃO I DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 30 Os estabelecimentos deverão garantir que as operações possam realizar-se seguindo as boas práticas de fabricação, desde a chegada da matéria-prima até a expedição do produto alimentício.

Art. 31 O estabelecimento deve possuir sistema de controle de entrada e saída de produtos, constando obrigatoriamente:

I - data, quantidade, natureza e procedência das matérias-primas, ingredientes, embalagens e rótulos utilizados na industrialização dos produtos alimentícios;

II - data, quantidade, saída e destinação dos produtos alimentícios.

§1º O registro poderá ser feito em sistema digital ou manual através de livros de controle, ambos com valor fiscal.

§2º Este sistema deverá ficar a disposição do agente de fiscalização.

Art. 32 Os estabelecimentos deverão reunir as seguintes condições:

I - situados em zonas isentas de odores indesejáveis, lixos, objetos em desuso, animais, insetos e de contaminantes ambientais como fumaça e poeira;

II - devem ser localizados em áreas que não estejam sujeitas a inundação;

III - ser fisicamente isolados de residências e ou outras dependências;

IV - as vias e áreas que se encontram dentro dos limites do estabelecimento deverão ter uma superfície compacta e/ou pavimentada, apta para o trânsito de veículos, com escoamento adequado e meios que permitam a sua limpeza;

V - estar afastados dos limites das vias públicas, no mínimo em 5 (cinco) metros, possuir área disponível para circulação de veículos, ter acesso direto e independente, não comum a outros usos;

VI - o ambiente interno deve ser fechado, com os banheiros e vestiários separados;

VII - o estabelecimento deve possuir *layout* adequado ao processo produtivo com número, capacidade e distribuição das dependências de acordo com o ramo de atividade, volume de produção e expedição. Apresentar fluxo de produção ordenado, linear e sem cruzamentos;

VIII - as instalações deverão ser construídas com materiais resistentes a corrosão, que possam ser limpos com facilidade e deverão estar providas de meios adequados para o fornecimento de água fria ou fria e quente em quantidade suficiente;

IX - as áreas para recepção e depósito de matérias-primas, ingredientes e embalagens devem ser separadas das áreas de produção, armazenamento e expedição de produto final;

X - as áreas de armazenamento e expedição deverão garantir condições adequadas para a conservação das embalagens e características de identidade e qualidade do produto;

XI - encontrar-se em adequado estado de conservação, isentos de defeitos, rachaduras, trincas, buracos, umidade, bolor, descascamentos e outros;

XII - o piso deve ser de material resistente ao impacto, impermeáveis, laváveis e antiderrapantes, não podem apresentar rachaduras e devem facilitar a limpeza e desinfecção;

XIII - o sistema de drenagem deve ser dimensionado adequadamente, de forma a impedir o acúmulo de resíduos e os ralos com sifões e grelhas colocados em locais adequados de forma a facilitar o escoamento e proteger contra a entrada de insetos;

XIV - nas áreas de manipulação de alimentos as paredes deverão ser lisas, de cor clara, construídas e revestidas de materiais não absorventes e laváveis;

XV - os ângulos entre as paredes, as paredes e os pisos, e as paredes e o teto deverão ser de fácil limpeza;

XVI - a ventilação em todas as dependências deve ser suficiente, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;

XVII - o estabelecimento deve dispor de luz abundante, natural ou artificial;

XVIII - as portas devem apresentar dispositivo de fechamento imediato, sistema de vedação contra insetos e outras fontes de contaminação e ser de fácil abertura, de forma a ficarem livres os corredores e passagens;

XIX - possuir janelas e basculantes providos de proteções contra pragas e em bom estado de conservação;

XX - as portas e janelas deverão ser construídas de material não absorvente e de fácil limpeza, de forma a evitar o acúmulo de sujidades;

XXI - paredes com pé-direito de no mínimo 3(três) metros, sendo que serão admitidas reduções desde que atendidas as condições de iluminação, ventilação e a adequada instalação dos equipamentos, condizentes com a natureza do trabalho;

XXII - a água deve ser potável, encanada sob pressão em quantidade compatível com a demanda do estabelecimento, cuja fonte, canalização e reservatório deverão estar protegidos para evitar qualquer tipo de contaminação;

XXIII - a higienização dos estabelecimentos, instalações, equipamentos, utensílios e recipientes deverá ser realizada através de água quente, vapor ou produto químico adequado;

XXIV - os estabelecimentos deverão dispor de um sistema eficaz de evacuação de efluentes e águas residuais, o qual deverá ser mantido, a todo momento, em bom estado de funcionamento e de acordo com o órgão ambiental competente;

XXV - todos os estabelecimentos deverão conter vestiários, sanitários e banheiros adequados ao número de funcionários, convenientemente situados e não poderão ter comunicação direta com as áreas onde os alimentos são manipulados;

XXVI - junto aos sanitários devem existir lavatórios com água fria, ou fria e quente, com os elementos adequados para lavar e secar as mãos, dispostos de tal modo que o usuário tenha que passar junto a eles quando retornar à área de manipulação;

XXVII - junto às instalações a que se refere o inciso anterior deverão ser afixados avisos indicando a obrigatoriedade de higienizar as mãos após o uso dos sanitários;

XXVIII - não será permitido o uso de toalhas de pano ou papel reciclado;

XXIX - na área de industrialização deverão existir instalações adequadas, higiênicas e convenientemente localizadas para

lavagem e secagem das mãos;

XXX - as lixeiras deverão ter tampas de acionamento não manual;

XXXI - deverão existir instalações adequadas para a limpeza e desinfecção dos utensílios e equipamentos de trabalho;

XXXII - dispor de fonte de energia compatível com a necessidade do estabelecimento.

SEÇÃO II DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 33 Os equipamentos e utensílios deverão atender às seguintes condições:

I - todos os equipamentos e utensílios nas áreas de manipulação devem ser de materiais que não transmitam substâncias tóxicas, odores, sabores, e sejam não absorventes, resistentes à corrosão e capazes de resistir às operações de higienização;

II - as superfícies deverão ser lisas e isentas de imperfeições (fendas, amassaduras, etc.) que possam comprometer a higiene dos alimentos ou ser fonte de contaminação;

III - todos os equipamentos e utensílios deverão estar desenhados e construídos de modo que assegurem uma completa higienização;

IV - todos os equipamentos deverão ser utilizados, exclusivamente, para as finalidades às quais se destinam;

V - os recipientes para materiais não comestíveis e resíduos deverão ter perfeita vedação, ser construídos de material não absorvente e resistente que facilite a limpeza e eliminação do conteúdo;

VI - os equipamentos e utensílios empregados para materiais não comestíveis ou resíduos deverão ser marcados com a indicação do seu uso e não poderão ser usados para produtos comestíveis;

VII - equipamentos de conservação dos alimentos (refrigeradores, congeladores, câmaras frigoríficas e outros) deverão dispor de dispositivo medidor de temperatura em local apropriado e em adequado funcionamento.

Art. 34 Nos estabelecimentos não será permitido apresentar, guardar, estocar, armazenar ou ter em depósito, substâncias que possam corromper, alterar, adulterar, falsificar, avariar ou contaminar a matéria-prima, os ingredientes ou os produtos alimentícios.

CAPÍTULO VII DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS

SEÇÃO I DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 35 Todas as instalações, equipamentos e instrumentos de trabalho devem ser mantidos em condições de higiene antes, durante e após a elaboração dos produtos alimentícios.

Art. 36 Imediatamente após o término da jornada de trabalho, ou quantas vezes for necessário, deverão ser rigorosamente limpos o chão, os condutos de escoamento de água, as estruturas de apoio e as paredes das áreas de manipulação.

Art. 37 O reservatório de água deverá ser higienizado com intervalo máximo de 6 (seis) meses.

Art. 38 Os equipamentos de conservação dos alimentos devem atender às condições de funcionamento, higiene, iluminação e circulação de ar, devendo ser higienizados sempre que necessário ou pelo menos uma vez por ano.

Art. 39 Todos os produtos de higienização devem ser aprovados pelo órgão de saúde competente, identificados e guardados em local adequado, fora das áreas de armazenagem e manipulação dos alimentos.

Art. 40 Os vestiários, sanitários, banheiros, as vias de acesso e os pátios que fazem parte da área industrial deverão estar permanentemente limpos.

Art. 41 Os subprodutos deverão ser armazenados de maneira adequada, sendo que, aqueles resultantes da elaboração que sejam veículos de contaminação deverão ser retirados das áreas de trabalho quantas vezes forem necessárias.

Art. 42 Os resíduos deverão ser retirados das áreas de manipulação de alimentos e de outras áreas de trabalho, sempre que for necessário. Sendo obrigatória sua retirada ao menos uma vez por dia.

Parágrafo único. Imediatamente depois da retirada dos resíduos dos recipientes utilizados para o armazenamento, todos os equipamentos que tenham entrado em contato com eles deverão ser higienizados.

Art. 43 É proibida a presença de animais nos arredores e interiores dos estabelecimentos.

Art. 44 Deverá ser aplicado um programa eficaz e contínuo de combate às pragas e vetores.

§1º Os estabelecimentos e as áreas circundantes deverão ser inspecionados periodicamente, de forma a diminuir ao mínimo os riscos de contaminação.

§2º Em caso de alguma praga invadir os estabelecimentos deverão ser adotadas medidas de erradicação.

§3º Somente deverão ser empregados praguicidas se não for possível a utilização eficaz de outras medidas de precaução.

§4º A aplicação de praguicida deverá obedecer a critérios técnicos de forma a garantir a inocuidade da matéria-prima e produtos alimentícios.

I - deverão ser protegidos, antes da aplicação dos praguicidas, todos os alimentos, equipamentos e utensílios, e demais objetos utilizados na industrialização;

II - após a aplicação dos praguicidas os equipamentos e utensílios deverão ser limpos minuciosamente.

§5º Os praguicidas a que se refere o parágrafo terceiro deverão ser utilizados para os fins aos quais foram registrados no órgão competente.

SEÇÃO II DA HIGIENE PESSOAL

Art. 45 É obrigatório o uso de calçados fechados, roupas brancas, limpas e conservadas, sem prejuízo dos acessórios exigidos em atividades específicas, assim como a boa higiene dos funcionários, proprietários e agentes de fiscalização nas dependências do estabelecimento.

Art. 46 Os manipuladores devem:

I - ter asseio pessoal, manter as unhas curtas, sem esmalte ou base, não usar maquiagem e adornos, tais como anéis, brincos, dentre outros;

- II** - usar cabelos presos e protegidos com touca;
- III** - lavar cuidadosamente as mãos antes e após manipular os alimentos, após qualquer interrupção da atividade, após tocar materiais contaminados e sempre que se fizer necessário;
- IV** - não fumar nas dependências do estabelecimento;
- V** - evitar cantar, assoviar e praticar todo tipo de conversa paralela e desnecessária enquanto manipulam os alimentos;
- VI** - proteger o rosto ao tossir ou espirrar;
- VII** - não comer e mascar chicletes nas áreas de manipulação dos alimentos;
- VIII** - evitar todo ato que possa direta ou indiretamente contaminar os alimentos.

Art. 47 Se houver a opção pelo uso de luvas e máscaras estas deverão ser mantidas em perfeitas condições de limpeza e higiene, bem como, deverão ser trocadas diariamente, ou sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único. O uso das luvas não dispensa o operário da obrigação de lavar as mãos sempre que se fizer necessário.

Art. 48 Roupas e objetos pessoais não poderão ser guardados nas áreas de manipulação de alimentos.

Art. 49 Os operários que trabalham na indústria de produtos de origem animal serão portadores de carteira de saúde fornecida por autoridade sanitária oficial, com a expressão “apto a manipular alimentos”, anualmente serão submetidos a exame em repartição da saúde pública, apresentando à Inspeção Municipal as anotações competentes em sua carteira, pelas quais se verifique que não sofrem de doenças que o incompatibilizem com os trabalhos de fabricação de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. A inspeção médica será exigida, tantas vezes quantas necessárias, para qualquer empregado do estabelecimento, inclusive seus proprietários se exercerem atividade industrial.

Art. 50 Os manipuladores de alimentos não poderão ser veículos de qualquer tipo de contaminação.

§1º Em caso de suspeita de enfermidade, que possa de qualquer forma contaminar os alimentos, o funcionário deverá ser imediatamente afastado das atividades de manipulação, até liberação médica.

§2º Apresentando o funcionário infecções, irritação ou prurido cutâneos, feridas abertas, diarreia, ou qualquer outro tipo de enfermidade, que pela sua natureza, seja passível de contaminar os alimentos, deverá o responsável legal pelo estabelecimento tomar as medidas necessárias para afastar o funcionário da atividade de manipulação até que o mesmo tenha liberação médica.

Art. 51 O responsável tomará as medidas necessárias para garantir o cumprimento das regras de higiene pessoal dos manipuladores de alimentos.

Art. 52 A inobservância dos preceitos legais contidos nesta seção importará, ao responsável legal, cominação das sanções previstas neste regulamento.

Art. 53 Os manipuladores devem estar capacitados para as atividades desempenhadas de acordo com as Boas Práticas de Fabricação – BPF.

CAPÍTULO VIII DO PROCESSAMENTO E EMBALAGENS

Art. 54 Todas as operações do processo de produção deverão

realizar-se em condições que excluam toda a possibilidade de contaminação química, física ou microbiológica que resulte em deterioração ou proliferação de microorganismos patogênicos e causadores de putrefação.

Art. 55 Toda água utilizada no estabelecimento deverá ser potável.

Parágrafo único. Fica o responsável legal pelo estabelecimento obrigado a apresentar, anualmente, o laudo de análises físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento.

Art. 56 As matérias-primas ou ingredientes utilizados na elaboração dos produtos alimentícios deverão estar limpos e em boas condições higiênico-sanitárias.

Parágrafo único. As matérias-primas ou ingredientes deverão ser inspecionados e classificados antes de seguirem para a industrialização.

Art. 57 As matérias-primas, ingredientes ou produtos alimentícios industrializados, armazenados, guardados ou transportados devem estar dentro do prazo de validade.

Art. 58 Os métodos de conservação dos produtos alimentícios deverão ser controlados de forma a proteger contra a contaminação, deterioração após o processamento e ameaça de risco à saúde pública.

Art. 59 Todo o material empregado no processo de embalagem de alimentos deverá ser armazenado em local destinado a esta finalidade e em condições de sanidade e limpeza.

Art. 60 As embalagens devem ser utilizadas para os fins a que se destinam, de acordo com o aprovado pelo órgão competente.

Art. 61 É proibida a reutilização de embalagens.

Art. 62 Todos os produtos alimentícios devem ser embalados de forma a garantir a sua inviolabilidade.

Art. 63 As embalagens ou recipientes deverão ser inspecionados e, se necessário, higienizados imediatamente antes do uso, com o objetivo de assegurar sua inocuidade.

Art. 64 Deverá ser assegurada a adequada rotatividade dos estoques de matérias-primas, ingredientes e produtos alimentícios.

Art. 65 O transporte de produtos deverá ser efetuado em veículos fechados ou cobertos em condições de manter a qualidade dos mesmos.

Parágrafo único. Os veículos destinados ao transporte de alimentos refrigerados ou congelados devem dispor de meios que permitam verificar a temperatura e, quando necessário, a umidade que devem ser mantidas dentro dos níveis adequados.

CAPÍTULO IX DA IDENTIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Art. 66 Os produtos alimentícios devem atender aos regulamentos técnicos de identidade e qualidade, padrões microbiológicos e de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia de fabricação, e outras legislações pertinentes.

Art. 67 A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento regulamentará, quando necessário, os padrões de identidade

e qualidade dos produtos alimentícios abrangidos por este regulamento através de atos normativos complementares.

Parágrafo único. Na ausência de regulamentos técnicos de identidade municipais, serão adotadas legislações estaduais e federais vigentes.

Art. 68 O controle sanitário dos animais deverá seguir orientação do órgão oficial de defesa sanitária animal do Estado.

CAPÍTULO X DA ROTULAGEM

SEÇÃO I DA ROTULAGEM EM GERAL

Art. 69 Além de outras exigências previstas neste Regulamento ou em legislação específica, os rótulos devem obrigatoriamente conter, de forma clara e legível, as seguintes indicações:

- I** - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados, com no mínimo 1/3 (um terço) da maior inscrição do rótulo, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de desenhos ou outros dizeres;
- II** - marca comercial ou nome fantasia do produto;
- III** - razão social ou nome do produtor;
- IV** - CNPJ ou CPF, nos casos em que couber;
- V** - categoria do estabelecimento, de acordo com a classificação prevista neste regulamento;
- VI** - endereço completo do estabelecimento produtor;
- VII** - carimbo oficial do Serviço de Inspeção Municipal;
- VIII** - data da fabricação, prazo de validade e identificação do lote;
- IX** - lista de ingredientes em ordem decrescente de quantidade, sendo os aditivos citados pelo nome ou número de Sistema Internacional de Numeração - INS e função tecnológica;
- X** - indicação do número de registro do produto no SIM identificação da origem;
- XI** - conservação do produto;
- XII** - conteúdo líquido, conforme legislação do órgão competente.

§1º No caso de terceirização da produção, devem constar as expressões “fabricado por:”, seguida da identificação do fabricante, e “para:”, seguida da identificação do estabelecimento contratante.

§2º Os produtos cuja validade varia segundo a temperatura de conservação devem ter a indicação da conservação doméstica em função da temperatura de armazenamento.

§3º A identificação do produto alimentício registrado, constante do inciso X deste artigo, deverá ser realizada pela seguinte expressão: “Produto registrado no SIM sob o número...”;

Art. 70 O tamanho das letras e números da rotulagem obrigatória não pode ser inferior a 01 mm, sendo que as indicações de conteúdo líquido seguirão os padrões metrológicos vigentes.

Art. 71 Somente podem ser utilizadas denominações de qualidade quando tenham sido estabelecidas as especificações correspondentes para um determinado alimento, por meio de um regulamento técnico específico.

Art. 72 Nenhuma informação contida nos rótulos poderá levar o consumidor a equívocos ou enganos.

Art. 73 No caso de produtos expostos ao consumo sem qualquer proteção além de seu envoltório ou casca, a rotulagem será feita por meio de rótulo impresso em papel ou outro material resistente

que possa ser preso ao produto como forma de identificação.

Art. 74 Os rótulos dos produtos coloridos artificialmente devem conter a expressão “COLORIDO ARTIFICIALMENTE”.

Art. 75 Nenhum rótulo de produto de origem animal poderá conter alegação terapêutica.

Art. 76 No caso de cancelamento de registro ou fechamento do estabelecimento, fica a firma responsável obrigada a inutilizar os rótulos existentes em estoque.

Art. 77 A observância das exigências de rotulagem contidas neste regulamento, não desobriga o cumprimento das demais legislações municipais, estaduais e federais de rotulagem.

SEÇÃO II DOS CARIMBOS DE INSPEÇÃO E SEUS USOS

Art. 78 O carimbo oficial da inspeção municipal é a garantia que o estabelecimento se encontra devidamente registrado no SIM.

§1º Os carimbos de inspeção devem obedecer exatamente à descrição e aos modelos previstos neste artigo, em cor única, preferencialmente preto, quando impressos, gravados ou litografados.

§2º Os modelos de carimbos de inspeção a serem usados nos rótulos de produtos alimentícios registrados na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento constam no ANEXO I e obedecerão às seguintes especificações:

- I** - forma: elíptica no sentido horizontal na cor preta;
- II** - dimensões: modelo 01- dimensão 5,0 (cinco) cm de comprimento e 3,0 (três) cm de altura; modelo 02- dimensão 4,0 (quatro) cm de comprimento e 2,5 (dois vírgula cinco) cm de altura; modelo 03 – dimensão 3,0 (três) cm de comprimento e 1,75 (hum vírgula setenta e cinco) cm de altura.
- III** - dizeres: a sua margem externa superior as palavras “Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento”, na margem interna superior “CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES”, e no centro horizontalmente a palavra “INSPECIONADO”, logo em baixo paralelamente o número de registro do estabelecimento e a sigla da inspeção municipal no vértice das faces inferiores;

CAPÍTULO XI REINSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 79 Os produtos de origem animal devem ser reinspecionados tantas vezes quanto necessário, antes de serem expedidos pela fábrica para o consumo.

§1º Os produtos e matérias-primas que nessa reinspeção forem julgados impróprios para o consumo devem ser destinados ao aproveitamento como subprodutos industriais derivados não comestíveis a alimentação animal, depois de retiradas as marcas oficiais e submetidos a desnaturação se for o caso.

§2º Quando os produtos e matérias-primas ainda permitam aproveitamento condicional ou beneficiamento, a Inspeção Municipal deve autorizar que sejam submetidos aos processos apropriados, reinspecionando-os antes da liberação.

Art. 80 Nenhum produto de origem animal pode ter entrada em estabelecimento sob Inspeção Municipal, sem que seja claramente identificado como oriundo de outro estabelecimento inspecionado.

Parágrafo único. É proibido o retorno ao estabelecimento de

origem os produtos que, na reinspeção sejam considerados impróprios para o consumo devendo-se promover sua transformação ou inutilização.

Art. 81 Na reinspeção de carne em natureza ou conservada pelo frio, deve ser condenada a que apresente qualquer alteração que faça suspeitar processo de putrefação, contaminação biológica, química ou indícios de zoonoses.

§1º Sempre que necessário a Inspeção verificará o pH sobre o extrato aquoso da carne.

§2º Sem prejuízo da apreciação dos caracteres organolépticos e de outras provas, a Inspeção adotará pH entre 6,0 e 6,4 (seis e seis quatro décimos) para considerar a carne ainda em condições de consumo.

Art. 82 Nos entrepostos, armazéns ou casas comerciais onde se encontrem depositados produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sob Inspeção Estadual ou SIF, bem como nos demais locais, a reinspeção deve especialmente visar:

- I** - sempre que possível conferir o certificado da sanidade que acompanha o produto;
- II** - identificar os rótulos com a composição e marcas oficiais dos produtos, bem como a data de fabricação prazo de validade, número de lote e informações sobre a conservação do produto;
- III** - verificar as condições de integridade dos envoltórios, recipientes e sua padronização;
- IV** - verificar os caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras, conforme o caso;
- V** - coletar amostras para o exame físico-químico e microbiológico.

CAPÍTULO XII DAS ANÁLISES LABORATORIAIS

Art. 83 O SIM coletará amostras de matérias-primas, ingredientes e produtos alimentícios para exames laboratoriais físico-químicos e microbiológicos, sempre que julgar necessário.

§1º As análises verificarão os produtos, água de abastecimento e ingredientes quanto a:

- I**- Características sensoriais;
- II**- Composição centesimal;
- III**- Índices físico- químicos;
- IV**- Aditivos ou substâncias não permitidas;
- V**- Verificação de identidade e qualidade;
- VI**- Presença de contaminação ou alteração microbiana;
- VII**- Presença de contaminantes físicos.

§2º A amostra deve ser coletada obedecendo às normas técnicas de coleta, acondicionada em embalagem apropriada, lacrada e identificada.

§3º A amostra deverá ser colhida na presença do detentor do produto ou de seu representante legal.

§4º Na ausência do representante legal da empresa, ou quando a amostra for coletada em estabelecimento comercial, a coleta deverá ser realizada na presença de 2 (duas) testemunhas.

§5º Não será colhida amostra de produto cuja identidade, composição, integridade ou conservação estejam comprometidas; nesses casos, as intervenções legais e penalidades cabíveis não dependerão das análises e de laudos laboratoriais. As amostras para análises deverão ser colhidas, acondicionadas, identificadas e

transportadas de modo a garantir a sua validade analítica.

§6º A autenticidade das amostras deve ser garantida pela autoridade competente que estiver procedendo a coleta.

Art. 84 Para realização das análises fiscais será colhida amostra em triplicata da matéria-prima, insumo ou produto a ser analisado, assegurando sua inviolabilidade e conservação, sendo a prova enviada ao laboratório, uma contraprova mantida sob a guarda do SIM e a outra contraprova sob a guarda do estabelecimento.

§1º. Quando as análises fiscais forem realizadas em produtos cuja quantidade ou a natureza da amostra não permitir a coleta em triplicata, ou ainda em produtos que apresentem prazo de validade curto, uma única amostra será encaminhada para o laboratório, podendo o interessado designar um técnico capacitado para acompanhar a realização da análise fiscal.

§2º. Pode ser dispensada a coleta em triplicata quando se tratar de análises fiscais que, a critério do SIM, possam ser realizadas durante os procedimentos de verificação oficial.

§3º. O número de amostras colhidas para análise microbiológica fiscal será conforme a amostragem prevista no Regulamento Técnico do produto ou em legislação específica, não cabendo contraprova.

Art. 85 Sem embargos de outras ações pertinentes, na ocorrência de resultado não conforme em análises fiscais, o SIM deverá:

- I** - notificar o interessado dos resultados analíticos obtidos;
- II** - lavrar o auto de infração.

Art. 86 No caso de discordância do resultado, o interessado deverá comunicar que realizará a análise da contraprova em seu poder, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis da data da ciência do resultado.

§1º. Ao informar que realizará a análise de contraprova, o interessado indicará no ofício o nome do laboratório contratado e a data de envio da amostra, que deverá ser a amostra legítima (sem indícios de alteração ou violação) de contraprova que se encontre em poder do detentor ou interessado.

§2º. Para fins de contraprova, o laboratório deve ser credenciado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA para a análise da amostra em questão, e adotar os métodos oficiais de análise.

§3º. O laboratório deve atestar as condições de recebimento da contraprova, incluindo as condições do lacre e da embalagem (relatando eventuais indícios de violação), a temperatura de recebimento da amostra, o número do lacre, a marca do produto, o lote ou data de fabricação do produto.

§4º. Comprovada a violação ou o mau estado de conservação da amostra de contraprova, seu resultado será desconsiderado, sendo mantido o resultado da análise de fiscalização que será considerado o definitivo.

§5º. A não realização da análise da contraprova sob a guarda do interessado implicará a aceitação do resultado da análise de fiscalização.

§6º. A realização da análise de contraprova em poder do interessado não resultará em qualquer custo ao SIM.

Art. 87 Em caso de divergência entre os resultados da análise fiscal condenatória e da contraprova do estabelecimento, deverá

ser realizado novo exame pericial sobre a amostra de contraprova em poder do SIM, sendo o seu resultado considerado o definitivo.

Art. 88 Nos casos de análises fiscais de produtos que não possuam Regulamentos Técnicos ou legislações específicas, permite-se o seu enquadramento nos padrões estabelecidos para um produto similar.

Parágrafo único. Para os casos previstos no caput deste artigo, o SIM deverá informar o enquadramento adotado ao produto para o procedimento de análise fiscal, preferencialmente no ato do registro do mesmo ou, quando não for possível, anteriormente à coleta.

Art. 89 A realização de análise fiscal não exclui a obrigatoriedade do estabelecimento de realizar análise de controle de seu processo produtivo, abrangendo aspectos tecnológicos, físico-químicos, toxicológicos e microbiológicos, seguindo métodos com reconhecimento técnico-científico comprovado e que disponham de evidências auditáveis pelo SIM.

Parágrafo Único. As análises periciais descritas neste regulamento serão realizadas por laboratórios credenciados à Prefeitura Municipal, ficando o Serviço de Inspeção Municipal responsável somente pela coleta do material de análise.

CAPÍTULO XIII DAS INFRAÇÕES

Art. 90 Consideram-se infrações, para os efeitos deste regulamento:

- I.** realizar atividades de elaboração/industrialização, fracionamento, armazenamento e transporte de produtos de origem animal sem inspeção oficial;
- II.** industrializar, comercializar, armazenar ou transportar matérias-primas e produtos alimentícios sem observar as condições higiênico-sanitárias estabelecidas neste regulamento;
- III.** elaborar e comercializar produtos em desacordo com os padrões higiênico-sanitários, físico-químicos, microbiológicos e tecnológicos estabelecidos por legislações federal, estadual ou municipal vigentes;
- IV.** industrializar, armazenar, guardar ou comercializar matérias-primas, ingredientes ou produtos alimentícios com data de validade vencida;
- V.** transportar matérias-primas, ingredientes ou produtos alimentícios com data de validade vencida, salvo aqueles acompanhados de documento que comprove a devolução;
- VI.** apresentar instalações, equipamentos e instrumentos de trabalho em condições inadequadas de higiene antes, durante ou após a elaboração dos produtos alimentícios;
- VII.** industrializar ou comercializar matérias-primas ou produtos alimentícios falsificados ou adulterados;
- VIII.** realizar ampliação, remodelação ou construção no estabelecimento registrado sem prévia aprovação das plantas pelo SIM;
- IX.** vender, arrendar, doar ou efetuar qualquer operação que resulte na modificação da razão social e ou do responsável legal do estabelecimento industrial, bem como qualquer modificação que resulte na alteração do registro sem comunicar ao SIM;
- X.** não possuir sistema de controle de entrada e saída de produtos ou não mantê-lo atualizado;
- XI.** não disponibilizar o acesso ao sistema de controle de entrada e saída de produtos quando solicitado pelo SIM.
- XII.** utilizar rótulos ou embalagens que não tenham sido previamente aprovados pelo SIM;

- XIII.** modificar embalagens ou rótulos que tenham sido previamente aprovados pelo SIM;
- XIV.** reutilizar embalagens;
- XV.** aplicar rótulo, etiqueta ou selo escondendo ou encobrindo, total ou parcialmente, dizeres da rotulagem e a identificação do registro no SIM;
- XVI.** apresentar nos estabelecimentos odores indesejáveis, lixos, objetos em desuso, animais, insetos e contaminantes ambientais como fumaça e poeira;
- XVII.** realizar atividades de industrialização em estabelecimentos em mau estado de conservação, com defeitos, rachaduras, trincas, buracos, umidade, bolor, descascamentos e outros;
- XVIII.** utilizar equipamentos e utensílios que não atendam às condições especificadas neste regulamento;
- XIX.** utilizar recipientes que possam causar a contaminação dos produtos alimentícios;
- XX.** apresentar as instalações, os equipamentos e os instrumentos de trabalho em condições inadequadas de higiene, antes, durante ou após a elaboração dos produtos alimentícios;
- XXI.** utilizar equipamentos de conservação dos alimentos (refrigeradores, congeladores, câmaras frigoríficas e outros) em condições inadequadas de funcionamento, higiene, iluminação e circulação de ar;
- XXII.** apresentar, guardar, estocar, armazenar ou ter em depósito, substâncias que possam corromper, alterar, adulterar, falsificar, avariar ou contaminar a matéria-prima, os ingredientes ou os produtos alimentícios;
- XXIII.** utilizar produtos de higienização não aprovados pelo órgão de saúde competente;
- XXIV.** possuir ou permitir a permanência de animais nos arredores e ou interior dos estabelecimentos;
- XXV.** deixar de realizar o controle adequado e periódico das pragas e vetores;
- XXVI.** permitir a presença de pessoas e funcionários, nas dependências do estabelecimento, em desacordo com o disposto na Seção II do Capítulo VI deste regulamento;
- XXVII.** possuir manipuladores trabalhando nos estabelecimentos sem a devida capacitação;
- XXVIII.** deixar de fazer cumprir os critérios de higiene pessoal e requisitos sanitários a que alude o na Seção II do Capítulo VI deste regulamento;
- XXIX.** manter funcionários exercendo as atividades de manipulação sob suspeita de enfermidade passível de contaminação dos alimentos, ou ausente a liberação médica;
- XXX.** utilizar água não potável no estabelecimento;
- XXXI.** não assegurar a adequada rotatividade dos estoques de matérias-primas, ingredientes e produtos alimentícios;
- XXXII.** desacatar, obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções;
- XXXIII.** sonegar ou prestar informações inexatas sobre dados referentes à quantidade, qualidade e procedência de matérias-primas e produtos alimentícios, que direta e indiretamente interesse à fiscalização do SIM;
- XXXIV.** desrespeitar o termo de suspensão e/ou interdição impostos pelo SIM.

Art. 91 As infrações classificam-se em leve, grave e gravíssima.

§1º Considera-se infração leve: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

§2º Considera-se infração grave: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

§3º Considera-se infração gravíssima: aquelas em que seja verificada a ocorrência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

**CAPÍTULO XIV
DAS PENALIDADES
SEÇÃO I**

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 92 Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as infrações à Lei nº 6.911 de 20 de dezembro de 2013 e a este regulamento acarretarão, isolada ou cumulativamente, ao infrator as seguintes sanções, independentemente da aplicação de medida cautelar previstas nos incisos III a VI deste artigo:

- I** - advertência;
- II** - multa pecuniária conforme Lei Nº 6.911.
- III** - apreensão de matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, embalagens, rótulos, utensílios e equipamentos;
- IV** - inutilização das matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, rótulos e embalagens;
- V** - suspensão das atividades do estabelecimento;
- VI** - interdição do estabelecimento;
- VII** - cancelamento de registro.

Parágrafo único. Sem prejuízo das penalidades previstas neste artigo, os custos referentes à efetivação das medidas constantes dos incisos III e IV correrão a expensas do infrator.

**SEÇÃO II
DA ADVERTÊNCIA**

Art. 93 A advertência será cabível nas seguintes condições:

- I** - o infrator ser primário;
- II** - o dano puder ser reparado;
- III** - a infração cometida não causar prejuízo a terceiros;
- IV** - o infrator não ter agido com dolo ou má-fé;
- V** - a infração ser classificada como leve.

Parágrafo único. A pena a que se refere o *caput* poderá ser aplicada sem prejuízo das demais sanções previstas neste regulamento.

**SEÇÃO III
DA APREENSÃO, INUTILIZAÇÃO E DESTINO**

Art. 94 As matérias-primas, os produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, embalagens, rótulos, utensílios e equipamentos que não estiverem de acordo com este regulamento serão apreendidos e/ou inutilizados.

§1º A apreensão e/ou inutilização de matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, embalagens, rótulos, utensílios e equipamentos será determinada pela autoridade fiscalizadora.

§2º No ato da apreensão o agente de fiscalização nomeará o fiel depositário que ficará responsável pela guarda dos bens a que se refere o parágrafo anterior.

§3º Deverá o agente de fiscalização informar ao fiel depositário das penalidades constantes do artigo 5º, LXVII Constituição da República Federal/88 c/c artigo 652 do Código Civil/2002 caso deixe de apresentar, quando solicitado, os bens sob sua guarda.

Art. 95 Estão sujeitos à apreensão, podendo ou não, ser inutilizados:

- I** - matérias-primas, subprodutos, ingredientes e produtos alimentícios que:

- a)** sejam destinados ao comércio sem estar registrado no SIM, salvo os produtos de estabelecimentos sob regime de inspeção estadual, federal ou registrados nos órgãos competentes da saúde e os dispensados de registro;
- b)** se apresentem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;
- c)** forem adulterados ou falsificados;
- d)** se apresentem com potencial tóxico ou nocivo à saúde;
- e)** não estiverem adequados às condições higiênico-sanitárias previstas neste regulamento.

II - rótulos e embalagens, onde:

- a)** não houver aprovação do SIM para o uso;
- b)** divergirem dos aprovados no ato do cadastro.

III - utensílios e/ou equipamentos que:

- a)** forem utilizados para fins diversos ao que se destina;
- b)** estiverem danificados, avariados ou que apresentem condições higiênico-sanitárias insatisfatórias.

§1º Os bens e produtos apreendidos pela fiscalização poderão ser doados a entidade sem fins lucrativos, ou ter qualquer outra destinação a critério do SIM.

§2º Os produtos alimentícios, as matérias-primas, os ingredientes, e subprodutos que visivelmente se encontrarem impróprios para industrialização e ou consumo e não for possível qualquer aproveitamento serão imediatamente inutilizados pela fiscalização, independentemente de análise laboratorial e conclusão do processo administrativo, não cabendo aos proprietários qualquer tipo de indenização.

§3º Os produtos alimentícios, as matérias-primas, os ingredientes, e subprodutos apreendidos pela fiscalização que necessitem de análise laboratorial, cujo prazo de validade permita o aguardo do resultado, ficarão sob a guarda do proprietário, e somente serão inutilizados após confirmada a condenação e caso não possam de qualquer forma ser aproveitados. A inutilização se dará independentemente da conclusão do processo administrativo, não cabendo aos proprietários qualquer tipo de indenização.

§4º Os produtos alimentícios que não possuírem cadastro nos órgãos competentes serão apreendidos seguidos de pronta inutilização, independente de análise fiscal, não cabendo aos proprietários qualquer tipo de indenização.

§5º Os rótulos, embalagens, utensílios e equipamentos que forem apreendidos pela fiscalização ficarão sob a guarda do proprietário, e terão sua destinação definida somente após conclusão do processo administrativo, podendo ser inutilizados ou ter outra destinação a critério do SIM.

Art. 96 Além de outros casos específicos previstos neste regulamento consideram-se adulterações ou falsificações:

- I** - quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações do cadastro;
- II** - quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria-prima alterada ou impura;
- III** - quando tenha sido utilizada substância de qualquer qualidade, tipo e espécie diferente das da composição normal do produto constante do cadastro;
- IV** - quando houver alteração ou dissimulação da data de fabricação dos produtos alimentícios;
- V** - quando houver alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais ingredientes do produto alimentícios, de acordo com

os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;

VI - quando as operações de industrialização forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão aos produtos alimentícios;

VII - quando a especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente;

VIII - quando forem utilizadas substâncias proibidas ou não autorizadas para a conservação dos produtos alimentícios e ingredientes;

IX - quando os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais e privilegio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham autorizado.

Art. 97 A inutilização dos produtos a que se referem os parágrafos segundo, terceiro e quarto do art. 94 deve ser precedida de termo de inutilização, assinado pelo autuado e por uma testemunha.

Parágrafo único. Havendo recusa do autuado em apor sua assinatura no termo de inutilização, será o fato nele consignado e uma das vias lhe será remetida, posteriormente, através de correspondência com aviso de recebimento - AR.

Art. 98 As despesas decorrentes do processo de inutilização correrão às expensas do autuado.

SEÇÃO IV DA SUSPENSÃO E INTERDIÇÃO

Art. 99 A suspensão das atividades do estabelecimento será aplicada nos casos da infração consistir risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária possíveis de serem sanadas.

§1º A suspensão será levantada depois de constatado o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§2º Se a suspensão do estabelecimento não for levantada no prazo de 6 (seis) meses, o registro será cancelado de ofício pelo SIM.

Art. 100 A interdição do estabelecimento será aplicada no caso de falsificação ou adulteração de matérias-primas, ingredientes ou produtos alimentícios, ou quando se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas ao seu funcionamento ou no caso de embaraço da ação fiscalizadora.

§1º A interdição poderá ser levantada depois de constatado, em reinspeção completa, o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§2º Se a desinterdição do estabelecimento não ocorrer no prazo de 6(seis) meses, o registro será cancelado de ofício pelo SIM.

Art. 101 As sanções constantes desta seção serão aplicadas pela autoridade fiscalizadora e lavrados em termos próprios.

Art. 102 As sanções administrativas, constantes neste regulamento, serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridade de saúde pública ou policial.

SEÇÃO V DA GRADAÇÃO DA PENA

Art. 103 Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade competente observará:

- I** - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II** - a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências

para a ordem econômica e para a saúde humana;

III - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento das normas desta Portaria.

Art. 104 Para efeitos de gradação da pena, considera-se:

I - atenuantes:

- a)** a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- b)** o infrator, por espontânea vontade, procurar minorar ou reparar as conseqüências do ato lesivo que lhe for imputado;
- c)** se a falta cometida for de pequena monta;
- d)** a falta cometida não contribuir para dano à saúde humana.

II - agravantes:

- a)** ser o infrator reincidente;
- b)** ter o infrator cometido a infração visando a obtenção de qualquer tipo de vantagem;
- c)** ter o infrator conhecimento do ato lesivo e deixar de tomar as providências necessárias a fim de evitá-lo;
- d)** coagir outrem para execução material da infração;
- e)** ter a infração conseqüência danosa à saúde humana;
- f)** ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé.

Parágrafo único. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

CAPÍTULO XV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SEÇÃO I DO PROCESSO

Art. 105 O processo será iniciado pelo auto de infração e dele constarão as provas e demais termos que lhe servirão de instrução.

Art. 106 O autuado ou seu representante legal, querendo, poderá ter vistas do processo, bem como solicitar cópias, nas dependências do escritório do SIM.

Parágrafo único. O representante legal do autuado deverá possuir procuração nos autos ou apresentá-la no ato do requerimento.

Art. 107 O auto de infração e demais termos que comporão o processo administrativo terão modelos próprios, aprovados pelo SIM.

SEÇÃO II DA AUTUAÇÃO

Art. 108 A infração a esta legislação será apurada em procedimento administrativo, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados os prazos estabelecidos na Lei Nº 6.911, neste regulamento e em outras normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Art. 109 Constatada a infração, será lavrado, pelo agente de inspeção devidamente credenciado, o respectivo auto que deverá conter dentre outras informações:

- I** - nome do infrator, endereço, CGC ou CPF; bem como os demais elementos necessários a sua qualificação e identificação civil;
- II** - local e hora da infração;
- III** - descrição sucinta da infração e citação dos dispositivos legais infringidos;
- IV** - nome do agente de inspeção e testemunhas, quando houver, que deverão ser qualificadas;

V - assinatura do autuado, do fiscal, e de testemunhas quando houver .

§1º Lavrado o auto de infração, o autuante o lerá por inteiro para o autuado, testemunhas e demais pessoas presentes.

§2º Sempre que o autuado se negar a assinar o auto de infração, será o fato nele consignado e uma das vias lhe será remetida posteriormente, através de correspondência com aviso de recebimento-AR.

§3º A autuação será feita em 04 (quatro) vias, sendo uma do infrator, outra para instrução do processo, outra para o arquivo do órgão competente e a outra permanente no bloco do agente de fiscalização.

SEÇÃO III DA DEFESA E DO RECURSO

Art. 110 O infrator, querendo apresentar defesa, deverá protocolizá-la na sede do SIM, dirigida ao chefe do Serviço de Inspeção Animal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento do auto de infração.

Art. 111 Recebida a defesa, ou decorrido o prazo estipulado para a mesma, após parecer jurídico, a comissão de primeira instância e ou segunda instância proferirá o julgamento e encaminhará resumo da decisão para ser publicada no Diário Oficial do Município.

§1º A defesa administrativa e o recurso impugnado às penalidades impostas pela Lei Nº 6.911 serão julgados em primeira instância por uma comissão formada por três técnicos do serviço de inspeção municipal e um representante da assessoria jurídica, e em segunda instância e última instância o recurso será julgado pelo Conselho Municipal de Contribuintes, CMC.

§2º O resumo da decisão será publicado no Diário Oficial do Municipal.

§3º As comissões de primeira e segunda instâncias processarão os julgamentos na forma do seu regimento interno.

Art. 112 Não concordando, o autuado, com a decisão proferida em primeira instância, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da decisão, através do aviso de recebimento (AR), interpor recurso para a comissão de segunda instância.

Art. 113 Transitada em julgado a decisão ou transcorridos os prazos recursais o infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias para cumprir a obrigação.

SEÇÃO IV DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 114 O fiscal que lavrar o auto de infração deverá instruí-lo com laudo fotográfico e relatório circunstanciado, de forma minuciosa, sobre a infração e demais ocorrências, bem como de peças que o compõem, de forma a poder melhor esclarecer a autoridade que proferirá a decisão.

Art. 115 O processo administrativo receberá parecer jurídico sobre o seu embasamento legal ao caso concreto.

SEÇÃO V DO JULGAMENTO DO PROCESSO

Art. 116 As decisões definitivas do processo administrativo serão executadas:

I - administrativamente;
II - judicialmente.

Art. 117 Serão executadas por via administrativa:

I - a pena de advertência, através de notificação à parte infratora, fazendo-se sua inscrição no registro cadastral;

II - a pena de multa, enquanto não inscrita em dívida ativa, através de notificação para pagamento;

III - a pena de apreensão de matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, rótulos, embalagens, equipamentos e utensílios com lavratura do respectivo termo de apreensão;

IV - inutilização de matérias-primas, produtos alimentícios, subprodutos, ingredientes, rótulos, embalagens, após a apreensão com lavratura do respectivo termo de inutilização;

V - a pena de suspensão através da notificação determinando a suspensão imediata das atividades com a lavratura do respectivo termo de suspensão;

VI - a pena de interdição do estabelecimento com a lavratura do respectivo termo no ato da fiscalização.

Art. 118 Nos casos de pena pecuniária, a não quitação do débito ensejará a inscrição na dívida ativa da instituição e promoção da execução fiscal.

Art. 119 Após inscrição em dívida ativa, a pena de multa será executada judicialmente.

Parágrafo único. A emissão eletrônica dos documentos referidos no *caput* deste artigo ficará a cargo da assessoria jurídica da Prefeitura.

CAPÍTULO XVI DA TAXA DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 120 As atividades constantes nos Grupos I do Anexo II do presente decreto ficam sujeitas ao pagamento da taxa de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal definidos na Tabela I da Lei Nº 6911, de 20 de dezembro de 2013.

CAPÍTULO XVII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 121 Conforme previsão do Art. 11 da Lei Nº 6.911, de 20 de dezembro de 2013, ficam instituídos os preços públicos relacionados aos serviços de inspeção e fiscalização municipal de produtos de origem animal constantes no Anexo III deste decreto.

Art. 122 A receita decorrente da Lei Nº 6.911, de 20 de dezembro de 2013, e deste regulamento serão aplicadas no Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

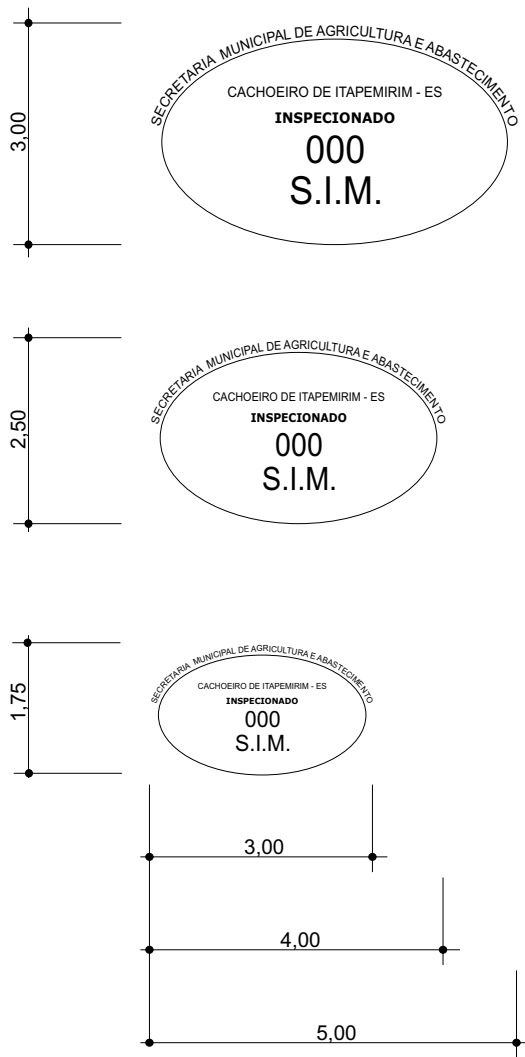
Art. 123 Os casos omissos serão detalhados por atos normativos do SIM.

Art. 124 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 14 de abril de 2014.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

ANEXO I



ANEXO II

GRUPO I – AÇÕES ESTRUTURANTES DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	
Cód. CNAE	DESCRIÇÃO CNAE
0159-8/01	Apicultura
0155-5/05	Produção de Ovos
1011-2/01	Frigorífico – abate de bovinos
1011-2/02	Frigorífico – abate de equinos
1011-2/03	Frigorífico – abate de ovinos e caprinos
1011-2/04	Frigorífico – abate de bufalinos
1011-2/05	Matadouro – abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos
1012-1/01	Abate de aves
1012-1/02	Abate de pequenos animais
1012-1/03	Frigorífico – abate de suínos
1012-1/04	Matadouro – abate de suínos sob contrato
1013-9/01	Fabricação de produtos de carne
1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate
1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais
1051-1/00	Preparação do leite
1052-0/00	Fabricação de laticínios
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro
0159-8/03	Produção de escargô
0159-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente

ANEXO III**3.6- SERVIÇOS RELACIONADOS À INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

Código	Descrição dos serviços	Unidade	Valor em UECI
3.6.1.0	Pelo Registro do Estabelecimento e do Produto		
3.6.1.1	Laudo de Vistoria de Inspeção Ord. Inicial de Estabelecimento	Unidade	6,00
3.6.1.2	Laudo de Vistoria de Inspeção Ord. Final de Estabelecimento	Unidade	2,00
3.6.1.3	Registro de Produto no SIM	Unidade	3,00/produto
3.6.1.4	Alteração de Rótulo	Unidade	2,00
3.6.2.0	Pelo Registro do Estabelecimento e do Produto: Agroindústria Rural de Pequeno Porte – ARPP, até 200 m²		
3.6.2.1	Laudo de Vistoria de Inspeção Ord. Inicial de Estabelecimento	Unidade	2,00
3.6.2.2	Laudo de Vistoria de Inspeção Ord. Final de Estabelecimento	Unidade	1,00
3.6.2.3	Registro de Produto no SIM	Unidade	1,00/produto
3.6.2.4	Alteração de Rótulo	Unidade	1,00
3.6.3.0	Pela Ampliação, Remodelação e Reconstrução do Estabelecimento		
3.6.4.0	Pela Ampliação, Remodelação e Reconstrução do Estabelecimento		
3.6.5.0	Taxa de Abate		
3.6.5.1	Bovinos Abatidos	Cabeça	0,015
3.6.5.2	Equídeos Abatidos	Cabeça	0,015
3.6.5.3	Suínos, Ovinos, Caprinos e Ratitas (avestruz) abatidos	Cabeça	0,007
3.6.5.4	Aves e Coelho Abatidos	Mil Cabeças	0,23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS

EXTRATO DE DESPESA POR ADESÃO AO SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 0906/2013, do Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Saúde, firmada em 24/10/2013, para aquisição de 15.000 (quinze mil) unidades do medicamento Clorpromazina, Cloridrato Comprimido 25 mg, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 1.605,00 (hum mil, seiscentos e cinco reais).

PROCESSO: Prot. Nº 51- 7.803/2014.

EXTRATO DE DESPESA POR ADESÃO AO SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

FORNECEDOR: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 0252/2013, do Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Saúde, firmada em 22/05/2013, para aquisição de 6.900 (seis mil e novecentas) unidades do medicamento Cloreto de Sódio Solução Injetável 0,9% 500ml, sistema fechado, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 8.487,00 (oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais).

PROCESSO: Prot. Nº 51- 7.804/2014.

EXTRATO DE DESPESA POR ADESÃO AO SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

FORNECEDOR: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 1062/2013, do Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Saúde, firmada em 28/11/2013, para aquisição de 1.000 (hum mil) unidades do medicamento Miconazol, Nitrato Creme 2%, Tubo com 28g, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 1.197,60 (hum mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos).

PROCESSO: Prot. Nº 51- 8.023/2014.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2014 - Pregão nº 016/2014.

FORNECEDOR REGISTRADO: MARFLY VIAGENS E TURISMO LTDA – ME

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Passagem Aérea no Âmbito Nacional e Internacional e operacionalização de Reservas, Remessas, Emissão, Marcação, Entrega de Bilhetes ou Ordem de Passagem, visando prestações futuras, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

1. Secretaria Municipal de Cultura- SEMCULT
2. Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS
3. Coordenadoria Executiva de Administração do Gabinete do Prefeito
4. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAG
5. Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFA
6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social- SEMDES
7. Secretaria Municipal de Educação – SEME

A partir da publicação fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços propostos pelo fornecedor, para o itens abaixo, conforme definidos no Anexo I e nas condições estabelecidas no ato convocatório:

Item	Qde	Und	Especificação do material	Percentual de Desconto sobre o valor da Comissão da Contratada (taxa DU)
1	1.220 passagens nacionais	UND	Contratação de Empresa para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas ao Município de Cachoeiro de Itapemirim, em âmbito nacional, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação e reembolso de passagens aéreas.	18,00 %
2	58 passagens internacionais	UND	Contratação de Empresa para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas ao Município de Cachoeiro de Itapemirim, em âmbito internacional, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação e reembolso de passagens aéreas.	18,00 %

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 15/04/2014.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Soraya Hatum de Almeida – Secretária Municipal de Administração e Serviços Internos, Fernando Santos Moura – Controlador Interno de Governo e Júlio César Garofalo – Sócio do Fornecedor.

PROCESSO: Protocolo nº 1 – 39.476/2013.

EXTRATO DE CONTRATO

*Republicado por Incorreção na Dotação Orçamentária

ESPÉCIE: Contrato Nº 023/2014.

CONTRATADA: RV – CERIMÔNIAS E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA – EPP.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Instalação de Arquibancada, Piso Suspenso, Separadores e Fechamento de Público, Cadeiras e Mesas para os Eventos a serem realizados pela Administração Municipal, conforme especificações do Anexo I, Itens nº 001, 004 e 006, do Edital de Pregão nº 180/2012.

VALOR: R\$ 238.884,00 (duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão com Recursos Próprios, à conta da Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade: **12.01**, Projeto/Atividade: **13.392.1228.1.127**, Despesa: **3.3.90.39.99.99**.

Fonte de Recurso: **100000000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS**

PRAZO: Até 19 de maio de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2014.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Soraya Hatum de Almeida – Secretária Municipal de Administração e Serviços Internos, Joana D' Arck Caetano – Secretária Municipal de Cultura e Wask Morais Gomes - Sócio da Contratada.

PROCESSO: Protocolo nº 1 – 2.651/2014.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: SINDICATO RURAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

OBJETO: Locação do imóvel onde funcionará a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAG e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, situado à Av. Monte Castelo, nº 60, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAG.

VALOR MENSAL: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

RESPALDO: Lei nº 8.666/93, Art. 24, Inciso X.

PROCESSO: Prot. Nº 1 – 41.524/2013.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: NASSAU EDITORA, RÁDIO E TV LTDA.

OBJETO: Renovação de 01 (uma) assinatura anual do Jornal “A Tribuna”, na Coordenadoria de Defesa do Consumidor, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Estratégica -

SEMGES.

VALOR: R\$ 574,00 (quinhentos e setenta e quatro reais).

RESPALDO: Lei nº 8.666/93, Artigo 25, Caput.

PROCESSOS: Prot. nº 1-4.993/2014.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: S A A GAZETA.

OBJETO: Renovação de 01 (uma) assinatura anual do Jornal “A Gazeta”, para Coordenadoria de Defesa do Consumidor, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Estratégica – SEMGES.

VALOR: R\$ 454,80 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

RESPALDO: Lei nº 8.666/93, Artigo 25, Caput.

PROCESSOS: Prot. Nº 1-4.996/2014.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FORNECEDOR: J. AZEVEDO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

OBJETO: Contratação dos serviços de revisão de 500 (quinhentas) horas de 2 (dois) tratores agrícolas, Patrimônio nº 48.823 e nº 48.824, série 4275354878 e 4275354005, 2012, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAG.

VALOR: R\$ 3.640,00 (três mil, seiscentos e quarenta reais).

RESPALDO: Lei nº 8.666/93, Art. 24, Inciso XVII.

PROCESSOS: Prot. Nº 1-8.200/2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

COMUNICADO

O Gerente de Fiscalização de Obras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, torna pública a lavratura dos Autos de Infração abaixo relacionados em virtude da recusa do contribuinte em recebê-lo ou impossibilidade de ciência pessoal.

O prazo para pagamento ou impugnação será de 30 (trinta) dias a partir da publicação. Esgotado o prazo para cumprimento da obrigação ou impugnação do auto de infração, este será encaminhado para o setor de dívida ativa para a inscrição do débito.

Auto de Infração nº 3142

Data da Lavratura: 10/06/2013

CNPJ do Contribuinte: 14.189.580/0016-06

Contribuinte: Igreja Metodista Wesleyana da 2ª Região

Fundamento legal da infração: Art. 1º, RLF, Dec. 2008/75

Fundamento legal da multa: Art. 1º, § 3º, RMP, Dec. 2008/75

Valor da Multa: R\$ 500,00 (Quinhentos reais)

Auto de Infração nº 10028

Data da Lavratura: 02/12/2013

CPF do Contribuinte: 862.843.477-15

Contribuinte: Gilson Louzada Figueira

Fundamento legal da infração: Art. 1º, RLF, Dec. 2008/75

Fundamento legal da multa: Art. 1º, §3º, RMP, Dec. 2008/75

Valor da Multa: R\$ 200,00 (Duzentos reais)

Auto de Infração nº 5369

Data da Lavratura: 24/02/2014
CPF do Contribuinte: 559.081.447-20
Contribuinte: Romildo Coelho de Melo
Fundamento legal da infração: Art.19º, RLF, Dec. 2008/75
Fundamento legal da multa: Art. 1º, §35º, RMP, Dec. 2008/75
Valor da Multa: R\$ 200,00 (Duzentos reais)

Auto de Infração nº 3080
Data da Lavratura: 13/02/2014
CPF do Contribuinte: 027.511.767-71
Contribuinte: Marcos Vieira Faria
Fundamento legal da infração: Art.1º, RLF, Dec. 2008/75
Fundamento legal da multa: Art. 1º, §3º, RMP, Dec. 2008/75
Valor da Multa: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

Auto de Infração nº 10031
Data da Lavratura: 24/02/2014
CPF do Contribuinte: 930.703.497-49
Contribuinte: Braz Pedroni
Fundamento legal da infração: Art.1º, RLF, Dec. 2008/75
Fundamento legal da multa: Art. 1º, §3º, RMP, Dec. 2008/75
Valor da Multa: R\$ 200,00 (Duzentos reais)

Auto de Infração nº 5551
Data da Lavratura: 29/10/2013
CPF do Contribuinte: 108.548.547-11
Contribuinte: Diego Motta Libardi
Fundamento legal da infração: Art.105º, RLF, Dec. 2008/75
Fundamento legal da multa: Art. 1º, §34º, RMP, Dec. 2008/75
Valor da Multa: R\$ 500,00 (Quinhentos reais)

Auto de Infração nº 5552
Data da Lavratura: 29/10/2013
CPF do Contribuinte: 847.715.697-20
Contribuinte: Adalberto Lopes Pinheiro
Fundamento legal da infração: Art.9º, RLF, Dec. 2008/75
Fundamento legal da multa: Art. 1º, §5º, RMP, Dec. 2008/75
Valor da Multa: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Auto de Infração nº 5553
Data da Lavratura: 30/10/2013
CPF do Contribuinte: 108.548.547-11
Contribuinte: Diego Motta Libardi
Fundamento legal da infração: Art.105º, RLF, Dec. 2008/75
Fundamento legal da multa: Art. 1º, §34º, RMP, Dec. 2008/75
Valor da Multa: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

Auto de Infração nº 5554
Data da Lavratura: 31/10/2013
CPF do Contribuinte: 108.548.547-11
Contribuinte: Diego Motta Libardi
Fundamento legal da infração: Art.105º, RLF, Dec. 2008/75
Fundamento legal da multa: Art. 1º, §34º, RMP, Dec. 2008/75
Valor da Multa: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

O Gerente de Fiscalização de Obras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em acolhimento ao parecer do Secretário de Desenvolvimento Urbano, torna público o DEFERIMENTO dos protocolos de defesa abaixo relacionado.

Defesa:44605/2013
Infrator: Sath Construções Ltda - EPP
Intimação: 35838/2013

Defesa:44301/2012
Infrator: Gecel S/A
Autos de Infração: 2205/09, 2206/09, 2207/09, 2208/09, 2209/09, 2210/09, 2211/09, 2212/09, 2213/09, 2214/09, 2215/09, 2216/09,

2217/09, 2218/09, 2219/09, 2220/09, 2221/09, 2222/09, 2223/09, 2224/09 e 2225/09.

O Gerente de Fiscalização de Obras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em acolhimento ao parecer da Procuradoria Geral do Município, torna público o INDEFERIMENTO do protocolo de defesa abaixo relacionado. Informamos ainda que o mesmo será encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda, anexos aos autos, para as providências cabíveis.

Defesa:23395/2013
Infrator: Marcelo Loureiro Moulin
Auto de infração: 3201/2013

O Gerente de Fiscalização de Obras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, torna pública a lavratura da Intimação abaixo relacionada em virtude da recusa do respectivo contribuinte em recebê-la ou impossibilidade de ciência pessoal.

Intimação: 33922
Data da Lavratura: 10/06/2013
CNPJ do Contribuinte: 14.189.580/0016-06
Contribuinte: Igreja Metodista Wesleyana da 2ª Região

Está discriminada nesta intimação a seguinte providência:
1.Regularizar a obra junto a PMCI no prazo de (30) trinta dias.
Fundamento legal da infração: Art. 1º, RLF, Dec. 2008/75
Sob pena de aplicação das penalidades nos termos da Lei 1776/75, Decreto 2008/75 e Legislação Pertinente.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 14 de Abril de 2014.

CIDINEI RODRIGUES NUNES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

PAULO CÉSAR BAPTISTA
Gerente de Fiscalização de Obras

COMUNICADO

Torna público por motivo de recusa de recebimento e outros
Auto de Infração: 5892

Infrator: Danilo Leandro de Oliveira (Lanterneiro)
Endereço: Rua Erotildes Albino Damasceno, 76
Bairro: Jardim Itapemirim
CNPJ/CPF: 13.676.692/0001-73

Torna público por motivo de recusa de recebimento e outros
Notificação: 34099/14

Infrator: Comercial Bento Ltda Me
Endereço: Rua Jerônimo Ribeiro, 179
Bairro: Amarelo

Torna público por motivo de recusa de recebimento e outros
Ofício: 06/14

Infrator: Dom Beto Granitos e Mármoreos Ltda
Endereço: Rod. Ricardo Barbieri, 203
Bairro: Aeroporto

JORGE LUIZ GAVA
Gerente de Fiscalização de Posturas

CIDINEI RODRIGUES NUNES
Secretário de Desenvolvimento Urbano

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**EDITAL DE ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE
DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

*** Republicado por incorreção**

O Conselho Municipal de Juventude - CMJ, criado pela Lei nº 6.157, de 1º de outubro de 2008, receberá inscrição para seleção de **Representantes devidamente vinculados/ referendados as suas respectivas Entidades** entre os dias **04 de abril a 05 de maio de 2014**, para habilitação/eleição de novos membros para o biênio 2014/2015. As entidades da sociedade civil que quiserem participar do pleito deverão procurar a Centro de Referência da Juventude, localizado na Praça Nossa Senhora de Fátima (Beira Rio), no horário das 08:00h às 13:00h horas, de segunda a sexta-feira. Qualquer dúvida, ligar para (28) 3522-7776/ (28) 3522-3421.

No dia **06 de maio de 2014** será publicada lista das entidades aptas a participarem da eleição, bem como, dos segmentos para cuja vaga não houver nenhuma habilitação. Neste caso, será iniciado novo prazo para habilitação e inscrições independentes de vínculo com entidades.

Estão aptos a se candidatar/ votar nesta eleição:

- Jovens entre **16 e 29 anos**, sendo que jovens menores de 18 anos, caso sejam eleitos, não poderão compor a Mesa Diretora;
- Jovens que residam neste Município;
- Jovens que estejam cursando/ tenham concluído o Ensino Médio;

Para participar da eleição as Entidades deverão apresentar pedido por escrito, dirigido à Presidente da Comissão Eleitoral, Rafaéla de Ávila Pimentel, com a documentação (lista abaixo), acompanhada dos originais para autenticação ou trazê-la autenticada do cartório.

A assembléia de eleição está prevista para o dia **28 de maio de 2014, das 08:00h às 20:00h**, no Circo da Cultura, localizado no Centro de Referência de Juventude. Qualquer alteração será divulgada no Diário Oficial e demais meios de Comunicação da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. A posse dos novos Conselheiros está prevista para até a data da próxima reunião subsequente.

Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Documentos necessários para inscrição:

- 1- Estatuto da Entidade registrado em cartório ou outra prova de organização/ atuação, bem como, o endereço e telefone da mesma;
- 2 - Inscrição atualizada do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, caso se trate de entidade com personalidade jurídica; Ou, tratando – se de entidade livre, comprovação de representatividade e atuação há pelo menos 1 (um) ano;
- 3 - Requerimento de habilitação devidamente preenchido, com indicação da pessoa que representará a Entidade na assembléia devendo indicar também o segmento, ao qual se habilitará, podendo ser: a) *Representante de Instituição de Segmento Cultural*, b) *Representante de Instituição de Segmento Esportivo*, c) *Representante de Instituição de Segmento Estudantil*,

- d) *Representante de Instituição de Segmento Religioso*, e) *Representante de Instituição do Segmento de Direitos Humanos*, f) *Representante de Instituição de Segmento Trabalho e Renda*.
- 4 - Ata de Eleição de Posse da Diretoria, registrado em Cartório;
- 5 - Ata da última reunião ordinária da Entidade;
- 7 – Autorização do responsável legal autenticada em cartório, caso menor de 18 anos, para concorrer ao Conselho Municipal da Juventude.

RAFAÉLA DE ÁVILA PIMENTEL
Presidente da Comissão Organizadora

**MODELO DE REQUERIMENTO
USAR PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO
CONTENDO TELEFONE E ENDEREÇO COMPLETO.**

OFÍCIO/REQUERIMENTO/Nº/2014

À PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO
CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE SENHOR (A)
REFAÉLA DE ÁVILA PIMENTEL

A INSTITUIÇÃO....., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº, (A INFORMAÇÃO DO CNPJ É DISPENSÁVEL NO CASO DE ENTIDADES LIVRES) REPRESENTADA PELO DIRETOR/ PRESIDENTE, VEM REQUERER A SUA HABILITAÇÃO PARA INDICAÇÃO DO (A) INSCRITO NO CPF SOB O Nº PARA CONCORRER À ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO, NO DIADE 2014, ÀSH, CONFORME EDITAL PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

DOCUMENTOS JUNTADOS:

- 1 – ESTATUTO REGISTRADO NO CARTÓRIO OU OUTRO DOCUMENTO QUE COMPROVE A EXISTENCIA E ATUAÇÃO DA ENTIDADE HÁ PELO MENOS 1 ANO;
- 2 – CNPJ ATUALIZADO, CASO POSSUA PERSONALIDADE JURÍDICA;
- 3 - INFORMAÇÃO DE QUAL SEGMENTO SE HABILITA CONFORME EDITAL;
- 4 - CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO DIRETOR/ PRESIDENTE;
- 5 - ATA DE ELEIÇÃO DA ÚLTIMA POSSE DA DIRETORIA;
- 6 - ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA INSTITUIÇÃO;
- 7 – ENDEREÇO E TELEFONE DA ENTIDADE;
- 8 - AUTORIZAÇÃO REGISTRADA EM CARTÓRIO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELO CANDIDATO, CASO MENOR DE 18 ANOS.

SEM MAIS PARA O MOMENTO, AGRADECEMOS ANTECIPADAMENTE NOS COLOCANDO SEMPRE À DISPOSIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO ASSUNTO, POR SE TRATAR DE INTERESSE DA COLETIVIDADE, BEM COMO NOS COMPROMETEMOS A ESTAR PRESENTES AO ATO.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES.....DE DE 2014

ASS. PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA

AUTOS DE INFRAÇÃO

A COORDENADORIA EXECUTIVA DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON - vinculada a SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - SEMGES, torna público a lavratura dos AUTOS DE INFRAÇÕES abaixo relacionados em virtude da recusa do respectivo NOTIFICADO em recebê-la ou a impossibilidade de ciência pessoal. O autuado, caso queira, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar recurso, devendo ser entregue, por escrito, ao Procon Municipal.

Processo: 507/2013

Reclamado: ALESSANDRO FARDIM MARTINS

CNPJ : 071.412.857/0001-008

Data da Lavratura: 28/03/2014

Auditor Fiscal: MARCELO DOS SANTOS

Auto de Infração: 1.563

Infração: Artigos 6º, III, e 31, da Lei 8.078/1990, Artigo 2º, I da Lei 10.962/04 e Artigos 2º, 3º e 4º do Decreto nº 5.903/06 c/c Artigo 33º, parágrafo segundo do Decreto nº 2.181/97.

Auto de Infração: 1.564

Infração: Artigos 6º, III, e 31, da Lei 8.078/1990 E Artigo 1º, da Lei Estadual nº 9926/12 c/c Artigo 33º, parágrafo segundo do Decreto nº 2.181/97.

Auto de Infração: 1.565

Infração: Artigos 6º, III, e 31, da Lei 8.078/1990 E Artigo 1º e 2º, da Lei Municipal nº 6.268/09 c/c Artigo 33º, parágrafo segundo do Decreto nº 2.181/97.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 14/04/2014.

RICARDO SILVA FONSECA
Gerente de Atendimento e Fiscalização
Decreto nº 23.571/2013

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LEI Nº 6959/2014

AUTORIZA O EXECUTIVO A INSTITUIR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM O PROGRAMA ESCOLA AMIGA DO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o “Programa Escola Amiga do Meio Ambiente”, que premiará alunos de escolas da rede municipal de ensino que apresentarem Programas de melhorias ambientais a serem implementados no Município de Cachoeiro de Itapemirim, com a finalidade de fomentar e despertar o aluno para práticas ambientais, além de contribuir para que o município possa ter de fato programas ligados à Educação, no cômputo ambiental.

Art. 2º - O Programa previsto no artigo anterior será promovido anualmente pela Municipalidade, durante o período letivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e da Secretaria Municipal de Educação (SEME), com apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA.

Art. 3º - Os autores dos três melhores Programas apresentados, depois de selecionados por uma Comissão julgadora, instituída para esse fim, serão premiados pela Administração Municipal, conforme disposto em regulamento.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 03 de abril de 2014.

JÚLIO CÉSAR FERRARE CECOTTI

Presidente

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMUNICADO

FLAVIO DE SOUZA, CNPJ Nº19.280.754/0001-70, torna público que REQUEREU da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA a Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e a Licença de Operação – LO, por meio do protocolo Nº40448/2013, para atividade Nº 05.10 – Reparação, retífica ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e mecânicos, localizado à Rua Francisca Dias Siqueira, Nº19/23, Abelardo Ferreira Machado – Cachoeiro de Itapemirim – ES.

NF:0844

COMUNICADO

LIVIAMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME, CNPJ Nº 00.671.431/0001-80, torna público que REQUEREU da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA a Licença de Instalação – LI, e a Licença de Operação – LO, por meio do protocolo Nº11215/2014, para atividade 03.02 – Polimento de Rochas Ornamentais, quando exclusivo. Localizada na Rua Projetada, S/Nº, Gavião/ Aeroporto – Cachoeiro de Itapemirim – ES.

NF:0845



www.cachoeiro.es.gov.br

Serviços disponíveis: Download de Leis, Decretos, Portarias, Órgãos e Diários Oficiais do Município, endereço das secretarias, telefones de atendimento, serviços municipais e consulta de processos.